

A HISTÓRIA DOS ESPAÇOS URBANOS CONTRIBUI PARA A GESTÃO ATUAL E FUTURA DA CIDADE?

1 - INTRODUÇÃO

No século XXI, as cidades, seus dilemas e suas utopias vêm sendo representados por meio de diferentes práticas e dimensões da vida social e econômica. Se por um lado, o espaço urbano se configura como um lugar de articulação de interesses diversos, por outro, também se apresenta como local de passagens, encontros, sociabilidades e de manifestações culturais dos atores que nela vivem. Tecido entrelaçado por meio de diversas bricolagens cotidianas, a cidade pode ser considerada como um campo aberto e polissêmico, (re)organizado e gerido por processos dinâmicos que (trans)formam o fazer, o estar, o ser e o viver (COOPER, 1976; CERTEAU, 2008; BARREIRA, 2003).

Tais discussões trouxeram consigo a ideia da cidade como espaços povoados de práticas de transformações e (re)apropriações, marcadas por disputas, rupturas e conquistas, territórios diversificados de produção, design e tecnologias, de regras e de direitos, de inclusão e marginalidades, resiliências e resistências, saberes, culturas e diferenças, processos esses cotidianamente (re)construídos por diferentes atores em redes. Essas dinâmicas revelam a cidade enquanto um complexo processo organizado por um conjunto de movimentos e ações geradoras e transbordantes que a performam no tempo e no espaço (BEYES; STEYAERT, 2011).

Freitag (2012) sinaliza que o estudo dos espaços das cidades deve articular pelo menos quatro dimensões, entre estas o urbanístico-arquitetônico, o socioeconômico e o cultural-histórico. No campo das Ciências da Administração, a cidade enquanto espaço de produção e reprodução do cotidiano vem sendo debatida a partir de diversas lentes. Ao considerarmos o espaço da cidade enquanto uma malha de práticas organizada, observamos que essa dinâmica estende a compreensão do espaço para além de uma perspectiva positivista e cartesiana, revelando uma complexa e intrincada mutualidade constitutiva (DALE; BURRELL, 2008; CERTEAU, 2008; HALFORD, 2004; CLEGG; KORNBERGER, 2006).

As discussões até então propostas muitas vezes deixam de considerar que a gestão dos espaços da cidade é permeada por múltiplas temporalidades, pressupondo que as histórias de ontem que contam sobre a cidade se conectam ao hoje, delineando futuros possíveis que se entrelaçam na dinâmica do organizar da urbe.

Deslocando o foco para a dimensão histórico-temporal dos espaços, atendemos a reivindicação da filosofia de Walter Benjamin quando reclama que o “inacabamento do passado precisa ser visitado para que o presente e o futuro possam ser transformados” (OSWALD, 2009 p. 112). Benjamin (2006) propôs uma interpretação contemporânea do passado ao considerar que a história das cidades observa relações espaciais sobrepostas, em tempos distintos, onde um evento passado reflete o presente, alcançando cognoscibilidade por meio do “pequeno momento singular o cristal do acontecimento total” (p. 15).

1- Professora na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Administração no Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA/UECE).

2- Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Psicologia do Trabalho e da Organização pela Università Alma Mater Studiorum di Bologna (Itália) e Pós-Doutora em Administração pela EBAPE-FVG.

Estas discussões nos instigam a uma prática de gestão de cidades que reflita um retorno no tempo, que promova a escuta das histórias dos espaços urbanos, visando ampliar uma compreensão dos seus processos e planejamentos organizativos. Afinal, como a história dos espaços urbanos contribui para a gestão atual e futura da cidade? Como problematizar a organização dos espaços urbanos a partir de sua história? Como a história dos espaços da cidade fomenta subsídios para a formulação de políticas públicas para a urbe?

2 - A HISTÓRIA DAS PRÁTICAS DE ESPAÇOS E A GESTÃO DE CIDADES

Enquanto contexto de transformação do ethos social, a cidade também foi constituída objeto de críticas quanto às suas representações. Com a transição para a Revolução Industrial (entre 1760 a algum momento entre 1820 e 1840) e as mudanças daí advindas, a cidade foi alvo de racionalidades reveladoras que estabeleceram uma nova lógica cotidiana, pautada pelo paradigma do desenvolvimento e do progresso, enquanto signos da modernidade. Nesse contexto, a organização histórica moderna dos espaços urbanos teve como um dos cenários as passagens arquitetônicas da Paris do século XIX, sendo estes processos considerados um marco simbólico da virada organizativa capitalista da cidade, como discutido por Walter Benjamin (2006).

A crítica Benjaminiana evidenciou diferentes questões por meio de leituras das organizações refletidas nas passagens urbanas em suas relações com aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais de uma época. As passagens tornaram-se ícones de mudanças sociais e de diferentes parâmetros de vida, lançando luzes sobre um conjunto de práticas que (re)surgiu no contexto urbano e alcançou ênfases no contexto histórico, por exemplo, a prática da arquitetura de ferro, sendo essas construções consideradas a “assinatura dos primórdios da modernidade” (BENJAMIN, 2006, p. 14).

Cada vez mais emblemática, a arquitetura de ferro tornou-se popular ao longo do século XIX. Construções como as Pontes Iron Bridge (1781) – em Coalbrookdale,

Inglaterra – e Austerlitz (1807), a Biblioteca Saint Genevieve (1838) e o mais antigo e famoso Mercado Les Halles (com construção iniciada em 1137 e reconstrução em vidro e ferro em 1824) – na França – tornaram-se símbolos de um período em que transformações de ordem social e econômica acarretaram mudanças no estilo artístico, cultural e de organização da urbe em diferentes partes do mundo. Todo um conjunto estilístico utilizou o ferro como elemento protagonista da arquitetura em diferentes cidades.

Em decorrência desse processo, as construções de ferro se tornaram símbolo de uma época de ascensão econômica, com perspectivas grandiosas para as cidades, provocando transformações espaciais que iam além das questões técnicas geográficas. A arquitetura de ferro evidenciou novos usos para a cidade, organizando lugares e espaços de circulação em massa, bem como delineando a atuação de novos atores, costumes e práticas sociourbanas (BENJAMIN, 2006; PAIM; GUIMARÃES, 2012).

Considerando-se que a arquitetura pode ser equiparada a uma rede textual, que pode ser lida por meio de diferentes lentes e nuances, a cidade pode ser concebida como universo gramatológico, onde as ruas são as linhas e as estruturas urbanas arquitetônicas são as letras. Nesse sentido, é possível ler o espaço da cidade por meio de suas histórias, como por exemplo, por meio da prática da arquitetura de ferro, sendo este um artefato capaz de iluminar compreensões de camadas de significados que transcendem a experiência temporal individual, evocando uma organização do coletivo em suas manifestações em tempos passados e contemporâneos (BENJAMIN, 2006; DECKER, 2014).

No contexto da América do Sul, a prática da arquitetura de ferro também fez história. Prioritariamente no âmbito das ferrovias, as primeiras construções de ferro a serem implementadas como a antiga Estação de Mapocho (1912), hoje Centro Cultural de Mapocho, no Chile; Estação Bartolomeu Mitre (1915), na Argentina, configuraram um movimento complexo que transformou o cotidiano e a maneira como nos relacionamos (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007). Nesses contextos, a prática urbana da arquitetura de ferro ocorreu de forma associada a um cenário político-econômico, englobando o desenvolvimento tardio da indústria local, a abertura maciça para os mercados e fornecedores europeus e a transformação da infraestrutura urbana; acompanhada de uma conjuntura sociocultural e dos costumes, por meio da ascensão de uma burguesia local que ansiava por habitar em uma Europa nos trópicos.

No Brasil, a prática da arquitetura de ferro chegou como um subproduto europeu que foi amplamente difundido e considerado como um símbolo de modernidade e progresso. Sempre que novas peças desembarcavam nos portos do país, a população expressava grande entusiasmo, embora tais estruturas de ferro já fossem alvo de críticas em seus locais de origem. Os indícios dessa nova prática de arquitetura foram inicialmente encontrados na região Sudeste, nos estados de São Paulo – no período cafeeiro –, Rio de Janeiro e Minas Gerais; e na região Norte, nas cidades de Belém e Manaus. Construções de ferro como a Estação da Luz (1867) em São Paulo, o Real Gabinete Português de Leitura (1897) no Rio de Janeiro, o Mercado Ver o Peso (1899) em Belém e as escadarias da Biblioteca Pública de Manaus (1870) são representações da influência cultural britânica e francesa no Brasil (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; COSTA, 2001).

No Nordeste brasileiro, Bahia, Pernambuco e Ceará também foram palcos das mudanças socioarquitetônicas promovidas pelo ferro. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, particularmente no Ceará, a arquitetura de ferro aconteceu como uma maneira

de expandir a modalidade de transporte, até então rodoviário, facilitando o escoamento da produção do algodão. As pontes sobre os rios, que antes eram feitas de madeira da flora local, foram substituídas por formas metálicas, com cabeceiras de alvenaria e pedra, onde os perfis de ferro se apoiavam (CASTRO, 1992).

No caso da cidade de Fortaleza, esse ajustamento à modernidade foi explícito de várias formas, movimentos que tiveram como base uma translocalização não apenas da arquitetura, mas de processos culturais, conhecido localmente, como Belle Époque. Neste âmbito, a cidade pôde assistir à importação do estilo arquitetônico eclético, por meio de estruturas de ferro pré-fabricadas. Com essa importação, além de todo um conjunto estilístico, veio também o conjunto de matérias-primas, como vigas de ferro pré-montadas, mosaicos, entre outros.

A prática de importar as estruturas de ferro refletia uma tentativa de europeização dos espaços da cidade, adaptando não só estilos arquitetônicos, mas também de costumes e modos de vida. Esses discursos e artefatos evidenciavam que um conjunto de materiais de ferro, de diferentes fabricantes e procedências, foi amplamente difundido para estações de ferrovias, edifícios públicos, moradias, relógios, gradis e mercados (COSTA, 2001; CZARNIOWSKA, 2004; SILVA, 2015).

Igualmente em Fortaleza, a prática arquitetônica do ferro refletia o desejo da burguesia local por progresso e civilização, de fazer parte do seletivo grupo de nações ditas evoluídas. E se por um lado tínhamos a beleza e a funcionalidade dessa técnica, paradoxalmente, esses materiais arquitetônicos industriais eram resíduos de uma Europa distante, correspondendo à expansão colonial e à penetração econômica europeia nos países periféricos (CARVALHO NETO; FERREIRA NETO; DUARTE JÚNIOR, 2007; COSTA, 1992; 2001).

O planejamento e a construção de alguns equipamentos de ferro causaram grande impacto na vida da cidade de Fortaleza, entre estes as arquiteturas de ferro ainda resistentes ao tempo, do Theatro José de Alencar (1896), da Igreja do Pequeno Grande (1896) e do Mercado da Carne (1897), cuja estrutura foi desmembrada em 1938. Esse desmembramento reestruturou dois diferentes mercados, o Mercado dos Pinhões, localizado no centro da cidade e o Mercado da Aerolândia, nos quais hoje se organizam diferentes funcionalidades e usos comerciais, turísticos, gastronômicos e de lazer (LEAL, 2011).

No contexto da cidade de Fortaleza, a arquitetura de ferro vem aqui considerada como um processo de translocação, fruto de uma “travel of ideas” (CZARNIWASKA, 2004), cujo movimento consiste na organização de uma rede de práticas constituída por conexões polissêmicas, entre tempos e espaços simultâneos, evocando associações simbólicas estranhas e locais por meio de uma gama de experiências diversificadas, vivenciadas na urbe.

Nessas perspectivas, espaço e tempo não são mais consideradas como dimensões estanques e dicotômicas, mas sincrônicas e interdependentes, no qual o conhecimento se associa a uma base processual, temporal, intencional e histórico (GODOI, et al., 2006). Trata-se da superação da compreensão newtoniana (HAWKING, 1996), de que espaço e tempo não são dimensões relacionadas, o que leva em direção ao desenvolvimento de pesquisas que reconhecem que o espaço e o tempo (e em consequência a sua história) possuem nexos conectores que os entrelaçam, conformando

uma dimensão organizadora espaço-temporal.

Nesse paradigma, e com base na ideia de mutualidade constitutiva (CERTEAU, 2008), consideramos que as práticas de espaço que atuamos e entendemos hoje, são, também, fruto de uma construção histórica, permeada por desvios, paradoxos e silêncios. Esses percursos históricos são (trans)formados ao longo do tempo e se manifestam através de uma memória prática, articulando e refletindo diferentes temporalidades em espaços simultâneos.

Esta discussão problematiza a história das cidades como um nexos conector entre as diversas práticas de espaço, seu passado e suas persistentes memórias, que carregam em si a capacidade de alterar a dinâmica das maneiras dos fazeres e de organizares urbanos (pré)existentes. O passado não desaparece, mas se transforma ao persistir na sua evocação mnemônica, atuando no tempo presente e se abrindo para o futuro. Estas discussões ainda sugerem como a história de um espaço da cidade possa vir a atuar no planejamento de hoje e de novos espaços, evidenciando a relação espaço-tempo no organizar urbano (CHARTIER, 2011; PETANI; MENGIS, 2016; VAUJANY; VAAST, 2013).

Nesse sentido, buscamos como contribuição primeira estimular uma ampliação da compreensão do organizar das práticas de espaço urbanos com base em uma perspectiva histórica, onde é possível vislumbrar a natureza relacional entre tempo e espaço, refletida nas maneiras de fazer, organizar, gerir e viver na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões articuladas neste breve estudo alertam sobre os desafios lançados aos habitantes e aos gestores das cidades em torno de uma cultura sensível à história, enquanto uma possibilidade de conhecimento do meio urbano. Esta sensibilidade histórica cria nexos conectores ao ampliar as formas de compreensão sobre como os atores vivem, (re)produzem e (re)organizam o espaço habitado no decorrer dos tempos, engendrando, novos processos organizativos e de gestão. Relevamos ainda a importância desse estudo em termos de subsídios para a formulação de políticas públicas que tenham como foco a gestão e ou o resgate de espaços urbanos através das práticas de “revitalização”, ou “requalificação”, na tentativa de “ocupar” ou “ressignificar” os lugares das cidades.

Sugere-se uma gestão que tenha como foco desvelar

REFERÊNCIAS

BARREIRA, I. A. F. **A cidade no fluxo do tempo: a invenção do passado e patrimônio.** Sociologias, v. 5, n. 9, p. 314-339, 2003.

BENJAMIN, W. **Passagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BEYES, T.; STEYAERT, C. **Spacing organization: non-representational theory and performing organizational space.** Organization, p. 1-17, 2011.

CARVALHO NETO, A.; FERREIRA NETO, N.; DUARTE JÚNIOR, R. **150 anos de arquitetura metálica no Ceará.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

CASTRO, J. L. **Arquitetura de ferro no Ceará.** Revista Instituto do Ceará, 1992.

as histórias dos espaços da cidade, como por exemplo, da prática da arquitetura de ferro, não somente em Fortaleza, mas de outras cidades cearenses que também possuem suas arquiteturas de ferro, performando novos espaços, com roteiros de visitação e usos criativos, hoje, de espaços perdidos e esquecidos, apesar de legitimados historicamente. Tais a o es ao revelarem as diversas camadas de (re)significa o es históricas, podem contribuir para consolidar e ou (re)direcionar em termos produtivos os legados históricos desses espaços, (re)organizando novas e originais malhas de práticas na cidade, unindo suas diferentes adjacências.

CERTEAU, M. de. **A inven o  do cotidiano.** Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, R. 2011. ‘History, Time and Space’. **Republics of Letters: A Journal for the Study of Knowledge, Politics and the Arts**, v. 2, n. 2, p. 1-13, 2011.

CLEGG, S; KORNBERGER, M. Organizing space. In: CLEGG, S.; KORNBERGER, M. (Ed.). **Space, organizations and management theory.** Copenhagen, Denmark: Liber and Copenhagen Business School Press, 2006.

COOPER, R. **The open field.** Human Relations, v. 29, n. 11, p. 999-1017, 1976.

COSTA, C. T. da. **O sonho e a técnica.** A arquitetura de ferro no Brasil. SP: EDUSP, 2001.

CZARNIAWSKA, B. **On time, space and action nets.** Organization, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.

-
- DALE, K.; BURRELL, G. **The space of organization & The organization of space: Power, Identity & Materiality at Work.** Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2008.
- DECKER, S. **Solid intentions: An archival ethnography of corporate architecture and organizational remembering.** *Organization*, v. 21, n. 4, p.514-542, 2014.
- FREITAG, B. **Teorias da cidade.** Campinas, SP: Papirus, 2012.
- GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELLO, R.; SILVA, A. B. da. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais. Paradigmas, Estratégias e Métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- HALFORD, S. Towards a sociology of organizational space. *Sociological Research*, v.9, n.1, 2004.
- HAWKING, S. **Uma breve história do tempo.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 1996.
- LEAL, A. B. et al. **Mercados de ferro do Brasil.** Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2011.
- OSWALD, M. L. M. B. **Cidade, memória e pesquisa: um percurso em Walter Benjamin.** In SOUZA, S. J.; KRAMER, S. (Orgs.) *Política, Cidade e Educação. Itinerários de Walter Benjamin.* Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2009.
- PAIM, E. A.; GUIMARÃES, M. de. F. **Imagens da modernidade capitalista em Walter Benjamin.** *Cadernos Walter Benjamin*, n. 8, 2012.
- PETANI, F. J.; MENGIS, J. **In search of lost space: the process of space planning through remembering and history.** *Organization*, v. 23, n.1, p.71-89, 2016.
- SILVA, M. C. V. L. **Uma revolução no tempo das trocas: arquitetura do ferro na cidade de Fortaleza (1860-1910).** 2015. 245f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- VAUJANY, F. X.; VAAST, E. **'If These Walls Could Talk: The Mutual Construction of Organizational Space and Legitimacy'.** *Organization Science*, n. 25, v. 3, p. 713–31, 2013.